EXTRANUMERÁRIO — DISPENSA — MOTIVO DISCIPLINAR

— *É obrigatória a instauração de processo administrativo para a dispensa por motivo disciplinar de extranumerário não estável.*

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 2.719-56

Consulta o Ministério da Aeronáutica, no anexo processo, sôbre a obrigatoriedade ou não de instauração de processo administrativo, para dispensa de extranumerário não estável antes da regulamentação do art. 252, item II, do Estatuto dos Funcionários.

2. Originou-se o processo de uma petição de Aduauto Soares Marinho, ex-Artifice, referência 18, da T. N. E. M. da Base Aérea de Natal, no sentido de ser providenciada a sua reintegração.

3. Conforme consta do processo, verificou-se a dispensa do impetrante da referida função pela Portaria número 25-D-53, de 23 de setembro de 1953, pelo fato de ter sido condenado, pela Justiça Civil, como incurso nos arts. 171, 288 e 304 do Código Penal, à pena de 2 anos e 6 meses de prisão.

4. Alega o peticionário que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte o absolveu da condenação que lhe fôra imposta e que a sua dispensa foi processada antes de transitar em julgado a sentença condenatória de primeira instância.

5. Mostram-se a Diretoria do Pessoal e a Consultoria Jurídica do Ministério da Aeronáutica favoráveis à anulação da portaria de dispensa; assim arrazoam com base no disposto no item XXX do art. 2.º do Decreto n.º 34.395, de 28 de outubro de 1953, que tornou obrigatória a abertura de processo administrativo para apuração de irregularidades praticadas pelos extranumerários. Esclareceram, todavia, que o Comando da Base Aérea de Natal poderá instaurar inquérito administrativo.

para apurar irregularidades funcionais atribuídas ao interessado.

6. Diante da informação do respectivo Comando de que o peticionário, à época em que foi dispensado, não gozava de estabilidade e que o seu reingresso ao serviço não seria conveniente à Administração, por se tratar de servidor faltoso, o Sr. Ministro da Aeronáutica submeteu o assunto à apreciação deste Departamento, a fim de opinar sobre a necessidade de instauração de processo administrativo.

7. Dada a sua qualidade de extranumerário não estável, não se aplica ao requerente o instituto da reintegração, em face da legislação vigente.

8. Outrossim, em parecer emitido no Processo DASP n.º 12.370-53, esclareceu esta D. P. que a vigência do mencionado decreto, que regulamentou o art. 252, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, deve ser considerada a partir de 1 de novembro de 1952, data em que entrou em vigor o novo Estatuto dos Funcionários. Salientou, ainda, esta Divisão que “ao regulamentar o supratranscrito dispositivo, o aludido Decreto n.º 34.395, de 1953, não criou direito novo, não estabeleceu nem modificou situação jurídica, mas apenas interpretou a cláusula “no que couber”, esclarecendo a respeito do seu alcance, já originariamente delimitado pela lei anterior”.

9. No entanto, essa retroatividade do Decreto n.º 34.395, de 28 de outubro de 1953, não aproveita à situação ora em estudo.

10. Com efeito, ressaltou o Sr. Ministro da Aeronáutica que dois foram os motivos que levaram o Comandante da Base a lavrar a portaria de dispensa: primeiro, a condenação do servidor à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão e segundo, “por conveniência do serviço”, pois se tratava de faltoso contumaz.

11. Cessando o primeiro motivo, com absolvição do acusado, em instância superior, permanece, porém, o segundo, suficiente, por si só, para justificar a dispensa.

12. É verdade que o citado Decreto n.º 34.395 de 1953 em face da Lei n.º 1.711, de 1952, incluiu, entre as formas de vacância de funções de extranumerário, a dispensa por motivo disciplinar (art. 6.º), revogando, dessa forma, a parte final do art. 10 do Decreto-lei n.º 5.175, de 1943, que estabelecia:

“Aplicam-se ao extranumerário as disposições do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, referentes aos deveres e à ação disciplinar, *independendo, porém, a dispensa de inquérito administrativo*”.

13. Essa circunstância, todavia, não modificou o caráter da admissão em funções de extranumerário, isto é, não retirou a condição de precariedade do exercício das mesmas, expressamente previsto no artigo 2.º do citado Decreto-lei número 5.175-43:

“O pessoal extranumerário será sempre admitido a título precário para função determinada e salário fixo, respeitado o limite do crédito próprio”.

14. Assim, como, no caso em exame, perdurou um dos motivos da dispensa, e se este não se revestia de cunho disciplinar, de acordo com as normas estatutárias, entende esta D. P. não caber a anulação daquele ato, uma vez que a Administração, dada a precariedade da investidura do interessado, podia dispensá-lo, como o fez, quando julgasse prescindível a prestação de seus serviços. Para isso, bastaria usar da faculdade que lhe é garantida pelo parágrafo único do art. 10 do Decreto-lei número 5.175, de 1943, que estabelece:

“Parágrafo único. Competirá ao chefe de serviço dispensar extranumerário, promovendo imediata comunicação à D. P. correspondente, para as devidas publicações e providências”.

15. Finalmente, não é demais acentuar que, apenas nos casos de dispensa por motivo disciplinar, se torna necessária a abertura de processo administrativo: este só é obrigatório para apuração de irregularidades no serviço pú-

blico, de acôrdo com o art. 217 do Estatuto dos Funcionários.

16. Com êste parecer, proponho a restituição do processo ao Ministério da Aeronáutica.

D. P., em 6 de junho de 1956. —
Paulo Pope de Figueiredo, Diretor.

Aprovado. — Em 7-6-56. — *João
Guilherme de Aragão*, Diretor-Geral.